

E agora o Meritíssimo sentencia que ainda não é tempo de se sustar pagamento em decorrência de greve.. .Ao Poder não faltam meios de se fazer isso depois. Mas o direito de greve se inviabiliza se seu exercício é a preço de fome.

O recurso do Governo tem requintes de crueldade refinada se o salário negado porta fome ainda a crianças, idosos, dependentes de toda ordem de cada ser humano que nesse direito se refugiou, depois de todos os recursos esgotados.

Mais se exaspera esse requinte quando o Governo sequer recorre à Justiça para declarar ilegal a greve. Prevê o que ela diria depois de cinco anos sem reposição salarial.

No gesto do Governo, se contesta o direito à greve mais do que ao salário. É arma de opressão, usada ao arripio de elementares direitos humanos. Direito à greve, mais que conquista operária, é maturidade humana, consciência democrática. O avanço dos Direitos Humanos sobre a civilização é uma descoberta do homem pelo homem. É humanismo jurídico.

A verdade é do ser. A mentira, do parecer. Uma é inquilina do espontâneo, como o desabrochar na flor, o canto na ave. A outra, do calculismo, como o Caixa 2 de certas contandades. Não me percebo, respirando.. Nem o místico, ao orar..

Se meu leitor concorda com tudo isso, com meu ponto final também concordará. O Poder sequer previu o que uma liminar proporia como jurisprudência a se firmar. Nem disso precisaria se tivesse maior sensibilidade. É calculadamente democrático um Governo,espontaneamente ditatorial.

(\*) **Francisco Pereira da Nóbrega é**  
Jornalista e Professor da UFPb

## **O PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 162 DO CÓDIGO DE** **PROCESSO CIVIL** **E O PROCESSO DO TRABALHO**

**Ivo Sérgio Borges da Fonsêca (\*)**

Sumário: 1) - Introdução – 2) - Atos do Juiz – 3) - Despachos Ordinatórios – 4) - Conclusão.

## **1 – INTRODUÇÃO**

O Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Ives Gandra da Silva Martins Filho, em recente opúsculo sobre a *Ação Civil Pública Trabalhista*<sup>74</sup> adverte com apoio nas lições de Mauro Cappeletti e Bryant Garth, que a partir de 1950 três ondas de inovações, com tendência mundial, verificaram-se no Direito Processual, de forma a permitir um melhor acesso à justiça.

O objetivo dessas inovações, diz o ilustre magistrado e tratadista, foi o de estabelecer um sistema pelo qual as pessoas pudessem reivindicar seus direitos e resolver seus litígios sob os auspícios do Estado, de forma a todos acessível, e que com celeridade produzisse efetivos resultados.

Um dos principais obstáculos ao acesso à justiça era o alto custo do processo, que tinha por consequência a exclusão da tutela do Estado-Juiz dos hipossuficientes econômicos, dos que sofriam lesões de pequena monta, e daqueles que sofriam lesões de caráter difuso.

**(\*) Ivo Sérgio Borges da Fonsêca é Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho de Itabaiana (PB), Professor Adjunto da Disciplina de Direito Constitucional da Universidade Federal da Paraíba e Membro do Conselho Penitenciário do Estado da Paraíba**

Os pobres não tinham condições de arcar com as custas do processo, os honorários do advogado, e ainda, o lento caminhar do processo atrelado a excessivos formalismos.

Aos que sofriam lesões de pequena monta, o acesso à jurisdição era inibido pela desproporção entre os custos da demanda e o resultado útil.

Por fim, todos aqueles que sofriam lesões de caráter difuso, também não tinham interesse de judicialmente pleitear a sua correção, uma vez que o benefício pessoal seria pequeno em relação aos custos do processo.

Nesse diapasão, as primeiras preocupações de reformas no processo foram aquelas que possibilitariam oportunidade de acesso a todas as pessoas carentes.

A assistência judiciária no Brasil, está delimitada na Lei 1.060 de 1950, com as modificações ocorridas pelo advento das Leis 6.014/73 e 7.150/86.

---

<sup>74</sup> - *Ação Civil Pública Trabalhista* – Ives Gandra da Silva Martins Filho – Editora Nossa Livraria – 1997 – Recife – Pe.

No Processo do Trabalho a Lei 5.584 de 26 de Junho de 1970, a partir do seu artigo 14 estatui regras no tocante a assistência judiciária pelo Estado.

Por outro lado, a Constituição de 1988, trouxe vetusto ordenamento no tocante as Defensorias Públicas.

A segunda onda de modernização do processo foi mais que uma reforma, uma verdadeira revolução, *de forma a abarcar os litígios de direito público, ou seja, proporcionar meios processuais para atender os chamados interesses difusos coletivos ou grupais. Para tanto, foi necessário superar os cânones do processo civil limitados aos interesses individuais, promovendo o que se denominou da coletivização do processo, com admissão do representante grupal, sem citação de todos os envolvidos na demanda, e extensão da coisa julgada a quem não foi ouvido em juízo e não pode se defender individualmente.* ( Ives Gandra da Silva Martins Filho – obra citada - )

A substituição processual das categorias pelos respectivos sindicatos na Justiça do Trabalho, entendida timidamente pela jurisprudência pretoriana, é resultado dessa ampliação de possibilidades de fácil acesso judicial.

Por outro lado, avulta a figura das Ações Coletivas, entre elas o Mandado de Segurança e a Ação Civil Pública.

A terceira fase de modernização do processo, pode ser vista como aquela que possibilitou a criação dos Juízos de Pequenas Causas, a adoção de métodos alternativos e preventivos de solução dos conflitos ( mediação, conciliação e arbitragem), e finalmente o surgimento de novos mecanismos procedimentais que agilizam o caminhar do processo até final desfecho.

Nesta última fase inserem-se as reformas realizadas pelo legislador a partir de 1994, com as Leis 8.950, 8951, 8952, 8953, todas desse ano.

O objeto desse despretenso trabalho, é a análise da introdução ao artigo 162 do Código Instrumental do Direito Comum, do parágrafo 4º, pela Lei 8.952/94, assim redigido:

*“§ 4º - os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor, e revistos pelo Juiz, quando necessário.”*

## **2 – ATOS DO JUIZ.**

Os atos do Juiz no processo são decorrentes de sua função jurisdicional, cumprindo-lhe dirigir e ordenar, através de impulso oficial, o andamento regular do processo até sentença final.

No que concerne a atuação do Juiz, é bom sempre lembrar as lições do saudoso publicista Mário Moacyr Porto, inseridas em seu livro *Da Responsabilidade Civil e Outros Estudos*:<sup>75</sup>

*“A magistratura – como toda atividade artística – não é uma profissão que se escolhe, mas uma predestinação que se aceita...”*

*O que se impõe, a nós Juizes, é um trabalho de recriação do Direito, através de uma aplicação progressista da norma. Não basta para o êxito de nossa tarefa, o domínio da técnica jurídica e a imparcial consciência dos nossos deveres, pois para o trabalho da restauração da crença no direito, mais vale o arrojo dos insurgentes do que a prudência dos glosadores; mais frutifica o idealismo temerário de D. Quixote do que o álgido bom senso de Sancho Pança...*

*O Juiz de hoje – partícipe atuante e não testemunho indiferente da evolução sócio-política do seu meio – não é mais um exilado da vida ou álgido locatário de torres de marfim.*

*Apeado do pedestal a que se alçara, não para preservação de virtudes essenciais, mas por exigências de convenções secundárias, passou, hoje, a viver e participar dos conflitos e sofrimentos de seus iguais, para que os sentindo e vivendo, pudesse resolvê-los, não como um orago a quem um carisma iluminara, mas como um artista a quem a experiência esclareceu....*

*A casa do direito, como a casa de Deus tem muitas moradas, mas não há lugar, em nenhuma delas, para os mediócrs de vontade e os fracos de coração.”*

Registrando apenas *en passant* essas luminosas lições, voltemos à lei processual no ponto em que define os atos do juiz no processo.

Nos artigos 162 a 165 do *Álbum Processual do Direito Comum*, encontramos a normatividade legal concernente aos atos do juiz, que a doutrina classifica como atos decisórios, instrutórios e de documentação.

Os atos decisórios, em sentido amplo, são aqueles que decidem uma questão incidental, ou põem termo ao processo.

No segundo caso, as decisões podem ser terminativas ou definitivas. Terminativas são as decisões que põem fim ao processo sem julgar o mérito da causa, enquanto definitivas são as decisões que põem fim ao processo decidindo o seu mérito.

Instrutórios são os atos que se destinam a esclarecer fatos determinados ocorridos no curso do processo.

---

<sup>75</sup> Ação de Responsabilidade e Outros Estudos – Mário Moacyr Porto – Editora Revista dos Tribunais – 1966 – Rio de Janeiro.

Os atos de documentação, por seu turno, consistem na simples documentação dos atos. As atas de audiência, por exemplo, são fruto do poder de documentação facultado ao Juiz na instrução do feito.

Atua também o juiz no processo através de despachos.

Estes podem ser interlocutórios ou de mero expediente, também chamados de ordinatórios, e que são praticados de ofício ou a requerimentos das partes.

### **3 - DESPACHOS ORDINATÓRIOS**

São ordinatórios os despachos destinados ao andamento do processo, os atos de movimentação, que entendemos como mera atividade administrativa.

Com a introdução do § 4º, ao artigo 162 do Código de Processo Civil, atendeu-se a providência de há muito reclamada, principalmente após a oficialização das serventias e das secretarias com a obrigatoriedade de ocupação do cargo de diretor por bacharel em ciências jurídicas.

Ao dispor que *os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor, e revistos pelo Juiz, quando necessário*, procurou-se aliviar o magistrado de formalidade desnecessária, com perda de tempo precioso que deve ser direcionado para a prática de atos absolutamente necessários, tais como as decisões em seu sentido mais amplo.

Sérgio Bermudes, ao comentar a inovação, assertiva que a norma alivia o juiz de uma atividade burocrática dispensável, traduzida em precioso número de horas que podem ser empregadas no exercício de sua função de decidir.<sup>76</sup>

A inovação, assegura o processualista, dispensou o juiz do encargo de tornar-se serventuário de si mesmo.

Da exegese literal do dispositivo in comento, nota-se que houve falha do legislador no emprego do adjetivo necessário no plural, isto porque o sujeito elíptico da oração temporal é singular.

Por outro lado, andou bem o legislador ao valer-se da conjunção conformativa como, para exemplificar apenas, porque a juntada e a vista não são os únicos atos ordinatórios.

Nesse ponto, a construção doutrinária e jurisprudencial vem entendendo que atos ordinatórios são aqueles irrecorríveis, a teor da inteligência do artigo 504 do Código de Processo Civil, e os que não causam sucumbência.

Seriam atos ordinatórios:

---

<sup>76</sup> - A Reforma do Código de Processo Civil – Sérgio Bermudes – Freitas Bastos – 1994 – São Paulo

- a notificação para emendar a petição inicial;
- a juntada de documentos;
- a remessa dos autos para liquidação da sentença;
- o desentranhamento de peças juntadas por equívoco;
- a nova publicação de editais por defeito do anterior;
- os andamentos do processo;
- as intimações e notificações.

Ressalve-se, que o elenco é apenas exemplificativo.

Como no processo do trabalho são também irrecorríveis de imediato as decisões interlocutórias, amplia-se o espectro dos atos que podem, e devem ser praticados pela secretaria da vara do trabalho.

De bom tom acrescentar-se, que embora não caiba recurso desses atos, pode a parte requerer ao juiz sua revisão.

#### **4 – CONCLUSÃO**

No que pertine ao tema, alguns Tribunais Regionais do Trabalho já adotaram provimentos para determinar os atos que podem ser praticados pela secretaria da vara independente da participação do juiz.

Esta providencia transformou o Diretor de Secretaria, um mero assinante de conclusões, em um valioso auxiliar do juiz no tocante ao impulso processual e a celeridade dos feitos.

Aqui, faz-se necessário que o Juiz Presidente tenha um bom relacionamento de confiança com o Diretor da Secretaria, e este, por sua vez, demonstre conhecimentos jurídicos de natureza processual, e disposição para ver aumentada sua carga de trabalho.

Alguns juizes conservadores não admitem o alargamento das hipóteses da frase legal.

Cumpre reconhecer, entretanto, que mais contribui para a evolução do direito, aquele que investe contra temas estratificados.

Por isso mesmo, pode-se dizer que a dócil submissão a procedimentos anacrônicos estiola o espírito criador do operador do direito, alienando-o da modernização cujo escopo é transformar o processo em instrumento útil da jurisdição.

O direito que envolve o processo não deve ser algo cristalizado, inerte, estanque, apartado da realidade. Ele há de ter flexibilidade e plasticidade, para se ajustar à evolução e às mutações necessárias a instrumentalização dos meios para a realização do direito material, na busca incessante do *suum cuique tribuere*.

Na Vara do Trabalho de Itabaiana já adotamos um sistema, ainda tímido, de aliviar o juiz de uma carga desnecessária, para que lhe sobre tempo para decisões bem refletidas.

O resultado é que na última correição realizada ( Junho/2.000) de 663 processos correicionados, apenas 9 foram objetos de despachos correicionais, despachos estes que versaram sobre aspectos meramente formais, sem que nada fosse anotado em relação à questões substanciais.

Data máxima vênia, urge a adoção de um provimento que regule a questão ora em debate.

### **PROCESSO DO TRABALHO: É POSSÍVEL INVERTER-SE A EXECUÇÃO NOS PRÓPRIOS AUTOS, EM FASE DE DECISÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS NA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA ?**

Carlos Lindemberg de Figueiredo (\*)

Não se desconhece ser possível inverter-se o curso da execução na mesma relação processual, em virtude de alteração de direito que influencie o sentido da atuação do Estado-juiz no processo de execução.

Como exemplo, podemos destacar a execução provisória da sentença que, carregando conteúdo condenatório, faz o Estado atuar na esfera do patrimônio do reclamado-devedor, geralmente até o momento anterior à expropriação de seus bens.

Se a decisão primária sofrer modificações na instância superior, havendo, v.g., condenação do reclamante por litigância de má-fé, ao baixarem os autos para execução